



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

24 DE JULHO DE 2020

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	Carlos Alberto Morais de Oliveira

LOCAL DA REUNIÃO	Auditório Municipal
-------------------------	----------------------------

MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00 (última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	15:30 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	19:30 Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	António Luís Marques
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Raúl António Ribeiro Luís
-----------------	----------------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu início à sessão começando por cumprimentar todos os presentes, em especial o excelentíssimo público. Justificou que não pretende cortar a palavra a ninguém e que no momento certo todos terão oportunidade de colocar as suas questões, porém no Regimento da Assembleia, concretamente no seu artigo 23 refere o seguinte:

1. O período de “Intervenção do Público” tem a duração máxima de 30 minutos.
2. Os Cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimento terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar.
3. O período de intervenção aberto ao público, referido no nº 1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder 5 minutos por Cidadão.

Referiu que neste caso concreto, não iria ter em conta o tempo gasto por cada um, que poderiam falar o tempo que entendessem necessário e que iria dar oportunidade a todos, quantos o desejassem fazer.

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 24 de julho de 2020 e informou que como a sessão é extraordinária, conforme o nº 2 do art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

_____ // _____

Período da Ordem do Dia

1 – Proposta de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Murça – Proposta Final;

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

2 – Proposta de Regulamento de Agropecuária do Concelho de Murça – Proposta Final;

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

3 – Proposta GAP37/2020 – Alteração das condições de adjudicação dos lotes da Zona Industrial / Oficial de Murça.

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

4 – Relatório e Contas Consolidadas do ano 2019;**5 - PROPOSTA GAP38/2020 – Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais. Tarifário de Ajustamento aplicável ao Município de Murça.**

(nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

_____/_____/_____

1 – Proposta de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Murça – Proposta Final;

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, cumprimentou todos os presentes em especial o excelentíssimo público, manifestando enorme satisfação por ver este auditório com tanto público. Reitera nunca ter visto uma Assembleia tão participada e que é um ato de democracia a presença de todos eles.

No que concerne ao ponto 1, confessa que dada a extensão do documento de cerca de 100 páginas e com muitos artigos, fazer uma análise exaustiva do conteúdo, é absolutamente impossível, no entanto viram que o objetivo é a revelação do conteúdo do regulamento e confiando na elaboração técnica do mesmo, irão vota-lo favoravelmente.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00

Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Chegou à sessão o deputado do PS, Joaquim Gomes Pinto

2 – Proposta de Regulamento de Agropecuária do Concelho de Murça – Proposta Final;

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, reitera aquilo que disse em casos anteriores, referindo que é sempre positivo regulamentar, porque para além de simplificar indica que há transparência nos atos a praticar. Congratula-se pela decisão política em apoiar os empresários do Concelho, no entanto lamenta que os valores apresentados o deixe preocupado, dado serem tão baixos. Disse que o valor global previsto no artigo 3º o subsídio global limita a todas as pessoas que o peçam a apenas 5.000,00€/ano, desde logo um valor bastante baixo. No que diz respeito ao valor a atribuir individualmente, duvida que o valor justifique o trabalho que as pessoas têm em dirigir-se à Câmara, reunir toda a documentação e fazer a candidatura. Aproveitou ainda para dar o seguinte exemplo: Um agricultor que tenha 10 vacas irá receber 50€, será que justifica o trabalho? Reitera que é positivo que a Câmara tenha este tipo de iniciativas, mas na verdade o valor é demasiado irrisório.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou todos os presentes, especialmente o público presente e que acompanha esta Assembleia Municipal. Elogiou o facto de ser uma sessão extraordinária, lembrando que é a primeira da legislatura, dado que a extraordinária de março de 2018, apenas aconteceu devido à ocorrência de neve, mas que na verdade funcionou como sendo uma sessão ordinária. Disse que não é habitual haver reuniões extraordinárias em Murça, pese

embora em outros Municípios isso aconteça com alguma frequência e isso é importante e de salutar que aconteça, pois são sessões mais temáticas e mais direcionáveis, evitando-se a dispersão do antes da ordem do dia, sugerindo que fossem agendadas pelo menos uma ou duas por ano, temáticas, em horário pós laboral, permitindo o maior número de público presente, fortalecendo cada vez mais a democracia no nosso Concelho.

Estranhou ter visto duas ordens de trabalho, para esta assembleia, mas com certeza foi apenas um erro processual.

Relativamente ao ponto em questão, subscreve a posição da sua bancada manifestada pelo deputado João Carlos Gomes. Julga que é uma medida interessante, no entanto, é apenas uma medida simbólica, um subsídio a fundo perdido que vem incentivar este tipo de ações. Desafiou o executivo para a criação de um Gabinete de Apoio Técnico direcionado para o setor agropecuário, com técnicos de diferentes áreas, como por exemplo Veterinário a Tempo Inteiro, agrónomo, zootécnico, gestor em fundos comunitários, enfim uma equipa multidisciplinar que possa ajudar e acompanhar estes empresários, promovendo o desenvolvimento económico do território, dado que cada vez mais as linhas de crédito são cada vez mais burocráticas e seria muito importante ter alguém que desse este tipo de apoio.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, cumprimentou todos os presentes, em especial o digníssimo público. Referiu que é muito agradável ver esta sessão com tanto público, ainda bem que os visitam e que os podem esclarecer na casa da democracia, no local próprio e onde todas as questões se levantam, agradecendo a presença de todos.

Quanto às intervenções dos deputados do Partido Socialista, sobre este ponto, fica satisfeito por verem pela positiva a existência deste Regulamento de apoio, o seu alcance é sempre discutível, porque por vezes estes apoios ficam aquém daquilo que seria desejável, mas é sempre melhor ter alguma coisa do que não ter nada.

Ainda sobre este assunto, deu a palavra ao Vice-Presidente, António Luís Marques, para que ele desse uma breve explicação sobre aquilo que propôs.

- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Luís Marques, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Sr. Presidente de Câmara e restante executivo, deputados, Presidentes de Junta e caríssimo público presente.

Esclareceu que este Regulamento hoje apreciado, é um documento muito técnico e que o mesmo já deveria ter sido revisto em 2014. Desde 2014 que havia obrigações legais que não estavam vertidas no

documento que hoje aqui está e que a intenção em termos de Regulamento é precisamente às explorações agropecuárias.

Disse que a sua elaboração não foi apenas por manifesta apreciação dos técnicos do Município, mas também por auscultação quer do Veterinário que presta serviços à Câmara Municipal, quer com técnicos de Câmaras vizinhas, nomeadamente, Boticas, Alijó e Chaves, que após análise conseguiram perceber que, quer a tipologias das classes, quer os valores que estavam em causa, estavam dentro daquilo que são algumas das obrigações de sanidade animal. Este regulamento não visa só o apoio financeiro, mas também promover alguma profilaxia, que acedendo ao apoio, os permitam ter a profilaxia animal em dia. Os valores estão dentro daquilo que são as práticas em vários Municípios no que respeita à sanidade animal. Concluiu referindo que é destinado às explorações agropecuárias e que pode ser requerido até 31/12/2020.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

3 – Proposta GAP37/2020 – Alteração das condições de adjudicação dos lotes da Zona Industrial / Oficial de Murça.

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

- **O deputado do PS, Arménio Ribeiro**, referiu que a posição do Partido Socialista é concordar com a proposta apresentada, contudo aproveitou para mais uma vez, perguntar para quando a “área reservada” no site da autarquia, pois é essencial ter documentos acessíveis aos deputados, alias esta é uma posição tantas vezes solicitada.

Questionou se já pode ser público o estudo de acolhimento empresarial de Murça que foi contratualizado a um consultor externo, pois este documento e muitos outros poderão estar nessa “área reservada” disponíveis, para consulta e análise.

Questionou quantos lotes estão previstos, qual é a previsão dos postos de trabalho, quais as empresas a instalar, que tipo de indústria está prevista ou será privilegiada de acordo com a estratégia de desenvolvimento municipal, qual a estimativa de volume de faturação, e respetivos impostos diretos no Concelho, por fim questionou se existe alguma grande empresa nacional ou mesmo internacional em conversações para se instalar em Murça.

Disse esperar que a Zona Industrial, um projeto que atravessa mandatos, possa efetivamente alavancar a indústria e essencialmente trazer muitos e novos postos de trabalho, até porque geograficamente está extremamente bem situada.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, obviamente, toda a informação que possa estar disponível no site da autarquia é uma obrigação da Câmara, contudo o estudo que refere não é propriamente um estudo de caracterização da nossa Zona Industrial. A Zona Industrial foi dos primeiros projetos que levaram a cabo, dada a sua importância. Os lotes existentes estão ocupados há muito tempo e o que se pretendem é ter novos lotes o mais rápido possível.

Disse que se fez a reformulação do estudo de caracterização de acolhimento empresarial, para tentar depois da decisão de se fazer aquela obra e independente de haver ou não fundos comunitários, fazer a candidatura. O que está em apreciação é apenas o ajuste do Regulamento e uma melhor adaptabilidade do formato da Zona Industrial às necessidades que se colocam, nomeadamente o facto de só permite 3 lotes por promotor e aquilo que agora se pretende é que seja alterado, caso haja lotes disponíveis. Mais disse que sempre que alguém apresente propostas concretas de investimento, obviamente irão procurar dar uma resposta positiva.

Acrescentou que, caso haja alguma questão técnica que queiram colocar, poderá ser esclarecida pela técnica da autarquia, Eng.ª Maria dos Anjos, presente nesta Assembleia.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

4 – Relatório e Contas Consolidadas do ano 2019.

- **O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes**, esclareceu que nas entidades em que o Município participa e em que a participação seja superior a 20% do capital da mesma entidade é obrigatório juntar as contas dessa entidade, que no caso concreto são referentes à Escola profissional de Murça.

- **O deputado do PS, Arménio Ribeiro**, realçou o que lhe parece ser apenas um preciosismo, para referir que o documento não se encontra assinado nem rubricado pelo Revisor de Contas, aliás tem sido recorrente este tipo de procedimento, vários documentos que acompanham a documentação dos Deputados não estarem assinados, espera que possa ser ratificado doravante.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	10
Contra	00
A Favor	12

Deliberação: aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

5 - PROPOSTA GAP38/2020 – Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais. Tarifário de Ajustamento aplicável ao Município de Murça.

(nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

- O deputado do PSD, Daniel Faceira, cumprimentou todos os presentes, nomeadamente o público, referindo que muito lhe agrada que esteja presente, pois esta casa é a casa da democracia, do debate político, e, acima de tudo do esclarecimento e da transparência. Que para isso foram eleitos enquanto seus representantes. Disse que nessa condição de eleito, considera importante e oportuno contribuir para o melhor esclarecimento acerca de um assunto tão importante como é a Gestão de Águas e Saneamento, no Concelho de Murça. Reitera que não é uma intervenção de defesa ou ataque seja do que for, mas sim de clarificação sobre os factos ocorridos ao longo deste processo e nesse sentido fez uma breve explanação dos diversos desenvolvimentos ocorridos entre reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, que se transcreve:

“Reunião de Câmara do dia 4 de novembro de 2016

Nesta reunião de Câmara, o anterior executivo pediu para incluir, EXTRA AGENDA, a constituição da sociedade Água do Interior Norte, a saber, a ADIN, assim como outros documentos:

- Estatutos*
- Acordo parassocial*
- Estudos técnicos*
- Estudo de viabilidade económica e financeira*
- Contrato de gestão delegada*
- Orientações estratégicas a implementar para a empresa*
- Plano de investimento a cargo da empresa*
- Financiamento direto dos municípios*
- Afetação de bens municipais à prestação de serviços*
- Demonstrações financeiras da empresa e plano de financiamento*
- Tarifário dos serviços e sua trajetória de evolução temporal. Repito: Tarifário dos serviços e sua trajetória de evolução temporal.*
- Regulamento do serviço público de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais da empresa e regulamento de descarga de águas residuais industriais no sistema público de drenagem da empresa.*

Foram mais de 500 páginas de documentos importantíssimos, levados à reunião de Câmara no dia 4 de novembro de 2016, como EXTRA AGENDA. Isto é, foram dados a conhecer, vistos e analisados naquele preciso momento. 500 Páginas.

Numa reunião que durou duas horas, teve início às 9:30H e terminou às 11:30H foram analisados e deliberados 5 pontos da ordem do dia, mais este complexo assunto de adesão à AdIN.

Parece-me pouco tempo, pouca preparação e nenhum debate para tão importante matéria. Acredito que todos tenhamos a mesma opinião.

Assembleia de 24 de novembro de 2016

Sobre esta Assembleia em concreto, gostaria de questionar os diversos Deputados que estão aqui hoje, que, também faziam parte das respetivas bancadas parlamentares a 24 de novembro de 2016, se ouviram da boca do anterior executivo a explicação e informação que hoje em dia tanto se discute, como por exemplo: as tarifas, os investimentos a realizar no Concelho, a transmissão de dados dos consumidores? Digam de Vossa justiça se este assunto foi discutido amplamente e com o rigor necessário.

Passo inclusive a citar a única intervenção do anterior executivo acerca deste assunto, na referida Assembleia:

O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, esclareceu que o presente documento visa que o Município passe a integrar a presente sociedade anónima – Águas do Interior Norte tendo em vista garantir o abastecimento de águas à população, dadas as dificuldades que os municípios vão sentindo para, por si só, o assegurarem. Mais enquadrrou a questão e a recente evolução do processo ao longo dos últimos anos. A empresa passará a fazer a gestão dos sistemas de água e saneamento em baixa, a partir de 2018. Mais informou que esta empresa assumirá a posse dos atuais sistemas e poderá assumir também os recursos humanos, caso os municípios o entendam.

Referiu ter uma expectativa muito positiva da integração do município nesta empresa.

Esta foi a única intervenção e explicação que se ouviu na Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2016, acerca de um assunto tão importante para o Concelho de Murça.

Assembleia dia 23 de fevereiro de 2017

Pode ver-se na ata desta Assembleia Municipal, que ocorreu a 23 de fevereiro de 2017, a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Luís Marques, hoje Vice-Presidente de Câmara acerca da Transferência da Gestão da Água e saneamento questionando o executivo do partido socialista sobre o seguinte:

- Qual a vantagem de adesão a esta nova empresa?

-Vai o passivo da antiga EMAR, Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Vila Real, transitar para a nova empresa?

As tarifas da água em Murça vão aumentar?

A resposta que foi dada na altura pelo Sr. Presidente da Câmara, José Maria Costa, foi apenas isto: o passivo da EMAR passaria para o Município de Vila Real, e, quanto ao resto respondeu que essas questões já não se colocam.

Podemos perceber claramente que havia dúvidas, que não se conhecia devidamente o processo, não apenas da adesão em si mesmo, mas do que estaria em causa quanto a taxas e tarifas.

Pergunto, não era obrigação, de quem geria o Município na altura, que propôs a adesão à AdIN e as Tarifas e Taxas a cobrar, esclarecer todas as dúvidas?

Estranho é ainda que, perante todas as questões que se levantaram sobre o fornecimento do serviço de água e saneamento, não existir, desde que se verificou a transferência deste serviço para a AdIN, uma única proposta, uma medida, uma sugestão sequer do Partido Socialista de Murça, que, melhor do que ninguém devia conhecer este processo. Tinham a obrigação de procurar encontrar uma solução para melhor servir as pessoas, para melhor servir Murça.

Meus Caros,

É importante esclarecer e informar todos sobre tudo o que se passou. A transparência tem de fazer parte desse processo e de todos os processos.

Agora, é importante encontrar uma solução que defenda em primeiro lugar as pessoas do Concelho de Murça e o nosso município.

Senhor Presidente sei que se tem empenhado nesse sentido. Prova disso mesmo é a proposta que levou à última reunião de Câmara e que vem hoje a esta Assembleia, para o Ajustamento do Tarifário do Serviço de Águas e Saneamento, para o Concelho de Murça."

Concluiu, referindo que este processo deveria ter tido outro tratamento, as pessoas deveriam ter intervindo mais ativamente, que foi um processo muito rápido e que deixou muitas dúvidas e agora estão a ser colocadas questões importantes, pelos munícipes e com razão. Mas, é importante, para esta assembleia clarificar que tudo isto surgiu em 2016, que é inequívoco que temos um problema às costas, que esse problema está a começar a ser colmatado e é de louvar esta iniciativa agora apresentada por este executivo.

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, disse que este é um assunto demasiado preocupante não só para o Município de Murça como para todo o Portugal. O problema do abastecimento de água não se levanta só aqui em Murça, levanta-se por todo o território independentemente das mais variadas opções que os municípios tomaram no que concerne ao abastecimento de água. Muitos são eles próprios a proceder ao abastecimento, outros optaram por se juntar com vista a uma redução de custos, tendo sido isso que aconteceu aqui em Murça. O problema da água sempre foi a distribuição em baixa. Em Murça, sempre houve muitas dificuldades em fazer grandes reparações, dada a

antiguidade das condutas. Havia de facto, grandes perdas de água e essa sempre foi uma questão bastante discutida. O objetivo de então foi levar este assunto à Câmara e à Assembleia e o mesmo foi aprovado por unanimidade e não houve questões nenhuma, todos votaram a sua aprovação em 2016, sem levantarem quaisquer questões e sem haver qualquer intervenção e isto é a verdade e é o que está em Ata. Depois acabou por vir a ser constituída a empresa em 2019 e aí sim, foi nessa data que foram tomadas as decisões. Obviamente que não se pode escamotear o início, mas também não se pode escamotear onde efetivamente começou a questão, que foi em 2019 com a constituição da empresa. Obviamente que é uma empresa de capitais de oito Câmaras, todas elas participam e contribuem de alguma forma como sociedade anónima, mas é de capital público. Disse que é preocupante ser uma sociedade anónima, porque efetivamente em termos legais isso deixa muito a desejar. Contudo, a preocupação maior diz respeito ao nosso Município. De facto a AdIN cobra tarifas muito superiores às cobradas anteriormente e obviamente que as pessoas legitimamente viram sair do seu bolso quantidades de dinheiro que efetivamente não estavam habituadas a pagar por este serviço. Há casos de faturas passadas a particulares superiores a 130,00€ e isso é preocupante e é por isso que tem havido tanta gente a reclamar e a questionar-se do porquê desses valores.

Disse ainda que tinha ideia que até 5m3 eram cobrados valores fixos e estranhamente veem-se faturas com valores diferentes.

Reitera que o Município tem toda a legitimidade em sair da empresa, se assim o entender. Com certeza que o assunto teve início em 2016, mas a autarquia pode, a qualquer momento, decidir continuar ou não.

Referiu que a medida que está agora em votação, obviamente que é positiva para a população, mas não resolve questão nenhuma, porque o que aqui está não é uma redução da tarifa e sim um subsídio que a Câmara vai pagar, mas a tarifa mantém-se a mesma.

Disse que este subsídio é para 5 anos, no entanto no ponto 3 diz o seguinte: “ Durante este período de ajustamento social ao tarifário de referência de 5 anos, esse aumento será faseado, assumindo o Município de Murça a responsabilidade pelo pagamento diferencial da faturação aplicável a este Município relativamente à Tarifa de Referência aplicada pela sociedade Águas do Interior Norte E.I.M., S.A.”. Questionou porque é que nos documentos só é referido o 1º ano e não diz qual é o faseamento ao longo dos anos, referindo que é estranho aprovar um ponto onde não está previsto tudo e solicitou esclarecimento se o subsídio que é apresentado no quadro é para os cinco anos ou se é apenas para o primeiro ano. Mais questionou se o negócio que foi feito na entrada para a sociedade da Rede em Baixa inclui todo o Concelho ou se excluiu alguma parte, nomeadamente as captações de Sobreira, se estão incluídas no negócio ou não e quem cobra essa taxa.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, começou por elogiar a decisão de trazer à Assembleia Municipal a deliberação do aumento de tarifas, pois é sempre melhor mudar de opinião e corrigir que insistir nos erros, lembrando que o último e grande aumento de tarifas foi feito já este mandato em reunião de Câmara Municipal, penso que janeiro de 2018 e esse aumento não foi retificado pela Assembleia Municipal, mesmo contra a posição da bancada do Partido Socialista, pois na Assembleia Municipal de Março de 2018 (Candedo) os aumentos de água, resíduos e águas residuais não foram votados por esta assembleia tal como o art 25 ponto 1 alínea b) refere, tendo o Presidente da Câmara defendido a tese de que apenas as taxas são submetidas às Assembleias e não as tarifas, hoje vejo que mudou de opinião e bem, aumentos de taxas ou de tarifas que tenham repercussão significativa na vida dos munícipes devem ser deliberadas pelo órgão deliberativo, por isso vale mais tarde que nunca, e assim, comprova-se que o Partido Socialista tinha razão.

Mencionou, ainda, que a alínea k) do nº 1 do art 33 como está na ordem trabalhos entregue a esta assembleia pela Camara Municipal, refere-se a “elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos”, enfim considerou este erro do executivo municipal como mais um erro administrativo e processual, e recomendou que futuramente se deve ter mais cuidado neste tipo de documentos.

Depois disse, e porque aqui representamos Partidos Políticos que esta situação da AdIN tem sido alvo de posições partidárias um pouco extremadas.

Relembrou que em novembro de 2016 votou a intenção da Câmara Municipal em aderir a um sistema intermunicipais de gestão de águas e resíduos, de forma a ganhar escala, aliás votamos todos PS como o partido da gestão municipal e o PSD e CDS como partidos da oposição, foi uma decisão unânime da Assembleia, depois em junho de 2018 durante o atual mandato voltou a votar favoravelmente, ele e todos, citando de seguida a sua intervenção *“disse que por princípio a criação de escala e de especialização pode ser benéfica para a gestão das águas e saneamento, mas solicitou, que sejam enviados ou disponibilizados numa área reservada no site para a assembleia municipal, a documentação anexa a este ponto como sejam os estatutos, o acordo parassocial, estudo técnico ou estudo de viabilidade económica e financeira, entre outros. Questionou como irá funcionar essa empresa em termos operacionais, como se constituíram os núcleos concelhios, como será feita a gestão dos recursos humanos e os investimentos no sector que são muito significativos”* nessa mesma Assembleia Municipal a resposta do Sr. Presidente foi a seguinte e citou *“este projeto teve ajustes, nomeadamente um dos promotores que era a Câmara de Alijó e decidiu não se manter e isso é necessário ter em conta, para que a título definitivo possa ser validado...o que está aqui em causa é a decisão e aprovação da decisão final e todo o modelo e respetiva documentação para a constituição desta empresa, corrigindo a saída de Alijo e consequentemente correção e ajustes dos documentos de suporte”*.

Disse que agora fica mal, em sua opinião que vale pouco, dizer-se em comunicados político partidários que a decisão foi em 2016, sim foi e em unanimidade, mas também foi novamente em 2018 e nesse momento existiu a saída de Alijo, o que leva a querer que se o atual executivo quisesse sair o poderia fazer sem nenhum problema, associava-se a Alijo. Concluiu que este tipo de atitude é simplesmente pura demagogia e baixa política, esse tipo de ação e de comunicado jamais deveria existir. Reiterou, no entanto, que o atual executivo fez bem em não sair e por isso, novamente em 2018 a deliberação foi unânime. Em síntese, fez bem aderir à AdIN e esteve muito mal na ação político partidária e dos comunicados.

Disse novamente, que o caminho a seguir teria que ser o da fusão multimunicipal, o caminho era esse, agora poder-se-ia corrigir muitas curvas apertadas, subidas íngremes, ou descidas acentuadas, uma coisa é a estratégia macro, de ganhar escala, competência do órgão deliberativo, outra coisa é a operacionalização e execução, da responsabilidade do órgão executivo e essencialmente pelouros em permanência, aqui as coisas não estão a correr bem, mas espera que seja uma fase transitória.

Deixou claro, que existe uma linha vermelha em toda esta situação – jamais em tempo algum a AdIN empresa multimunicipal pertença das autarquias possa evoluir nesse caso seria regredir para a esfera privada, a gestão da água e dos afluentes terão que obrigatoriamente estar nas mãos dos serviços públicos, estamos cansados e muito escaldados das privatizações, que infelizmente os governos PSD-CDS fizeram, como sejam os CTT, EDP, REN, etc.

Em sua opinião o objetivo da adesão foi precisamente criar escala negocial, essencialmente na profissionalização dos serviços, e do aumento dos mesmos; serem mais regulados e funcionais, e outro grande objetivo são os grandes investimentos a desenvolver nos próximos anos.

Agora coisa diferente foi a operacionalização e execução da adesão, provavelmente não foi devidamente acautelada, quer do ponto de vista informativo, quer essencialmente do ponto de vista prático.

Disse que se é necessário corrigir, corrige-se ... mas devemos fazê-lo de forma supra municipal e supra partidária.

A gestão da água é demasiado importante para jogos partidários e para o infeliz “*ping-pong*” que nas últimas semanas se viveu em Murça e em nada credibiliza a ação dos políticos, e de todos nós. A política não pode ser compatível com as circunstâncias de um determinado momento, não devem agir na espuma dos dias, mas sim terem uma ação política estruturada num projeto de desenvolvimento territorial, o que lhe parece não ter existido.

Disse, ainda, que dizer-se o executivo socialista tomou a decisão de entrar na empresa (o que já se provou ter sido com total acordo do PSD, e depois já ratificado pelo executivo PSD mesmo com o precedente da saída de Alijo), pelo que o ónus da entrada é do PS. E depois dizer que a baixa de

tarifas é do executivo PSD (mas também com total acordo pelo PS) logo o bónus é do PSD, isso volta a ser muito baixa política que não dignifica o nosso trabalho, e nós temos que ter consciência que temos a obrigação de sermos equilibrados e coerentes, e o que se está a passar fica muito mal aos agentes políticos, mas nesta fotografia fica mais mal ao PSD.

Senão vejamos, era fácil agora o PS propor, em sede de executivo, a diminuição das tarifas em 80% ou mesmo a isenção de pagamento de águas em 12 meses, até justificando com a situação económica financeira do País, mas seria uma atitude demagógica e irresponsável, por isso devemos deixar o tal “ping-pong” de lado e ter uma ação concertada, para esta questão que é deveras importante.

Por fim concluiu, com apenas três questões:

Qual o impacto das contas da autarquia com esta diminuição de tarifas e possíveis implicações ao nível da ERSAR?

As restantes autarquias da AdIN têm uma medida semelhante?

No plano de negócios da AdIN não está prevista a uniformização de Taxas e Tarifas em todo o território?

Finalizou dizendo que, mesmo com impactos nas contas da autarquia, neste momento e porque efetivamente existiram aumentos de consumos ou pelo menos de faturação, seja como for o certo é que os valores a pagar subiram de forma considerável, assim sendo concordou que esta proposta, que a ser votada, favoravelmente por todos, é uma proposta de todos.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e lembrou que o deputado Arménio votou como ele as propostas, tanto em 2016 como depois nas seguintes. Explicou que, quando estas propostas vieram à Assembleia Municipal não vinham específicas, não houve uma leitura, não foram discutidos e nem vinham referidos os custos da água e votaram confiando no executivo porque achavam que seria uma medida que traria benefícios para o Concelho, votando-a favoravelmente. Como disse o deputado Arménio e muito bem, não há que atirar pedras uns aos outros. Depois de criada a empresa, reconhece que houve uma decalagem bastante grande no valor do preço que se pagava antes e aquele que agora está a ser cobrado. Reitera que é necessário fazer uma análise a diversas situações do passado, porque até poderia haver munícipes que pagariam mais água do que deviam, mas outros havia que não pagavam nada porque nem contador tinham, referindo que por muitos avisos que se fizessem, nada foi feito e o Município tinha de suportar essas perdas todos os anos, que andavam na ordem dos 600 mil euros. Agora, a empresa está a fazer o seu trabalho, está a procurar corrigir essas situações de falta de contadores, está a fazer acertos e porque há munícipes que estão a ser sobrecarregados com uma taxa maior, o executivo entendeu trazer aqui esta proposta.

Questionou se esta empresa que agora regula águas e saneamento, no Concelho tem investimentos previstos para Murça e se o executivo atual tinha condições para os fazer, caso não saísse da empresa.

Disse que continua a votar favoravelmente as propostas de melhoria de tarifário, contudo é importante que este tema seja discutido até à exaustão e fazer saber que este processo já se arrasta há anos e que os problemas têm de ser resolvidos. Recorda que vive em Jou há vinte anos e que a Estação de Tratamento de Águas Residuais, nunca funcionou. Disse ainda, que enquanto Presidente de Junta sempre que nas Assembleias Municipais questionava para quando a reparação daquele equipamento, o executivo respondia que esses investimentos já seriam da responsabilidade da empresa que estava a ser criada, pelo que, espera que isso seja mesmo verdade e que as obras de realizem.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, reitera que todos têm responsabilidades por aquilo que é decidido no Concelho, até porque o Município está sempre à disposição para quaisquer propostas que possam surgir e possam ser avaliadas. Concorde com o deputado Arménio quando diz que tem de acabar este atirar as culpas, muito se diz e muito se escreve, mas acima de tudo o mais importante é clarificar o que aqui está em causa.

Referiu que, quando foi decidido criar esta entidade que é constituída por oito (8) Municípios, inicialmente eram nove (9), mas Alijó decidiu sair por razões que só a eles diz respeito, contudo agora já pediu para entrar na AdIN, porque entretanto percebeu que os investimentos que precisa fazer no Concelho não os consegue fazer com fundos próprios e se não estiver integrado numa entidade com outros Municípios não pode receber as comparticipações comunitárias. Disse que a tarifa é igual para todos os Concelhos, que cada um tem de adaptar os diversos mecanismos que tem há disposição e que através do Regulamento de Tarifário Social promova aquilo que agora se está aqui a aprovar, os ajustes que se justifiquem, quer para minimizar impactos, quer para adaptar situações que se justifiquem que se adaptem e acima de tudo que haja justiça. A água é um bem muito importante, que não se pode continuar a desperdiçar conforme consta dos dados estatísticos da ERSAR. O Município de Murça tem perdas que ultrapassam os 65% e este processo que aqui está em causa procura um tratamento justo e que toda a gente se permita a que lhe seja contada a água que lhe é fornecida. Esse é o grande objetivo! Reconhece que é revoltante saber que no Concelho de Murça havia pessoas a quem não lhe era cobrada toda a água que consumia e o importante é ultrapassar estes problemas, para que haja mais justiça e igualdade para todos.

Disse que o formato que foi escolhido tendo em conta a gestão das águas, mais igualitário e mais justo para todos e que lhes permitam usufruir dos apoios comunitários, tem de ser este. Disse ainda,

que podiam ter saído da empresa quando foi proposto e se os órgãos assim o decidissem o podiam fazer, agora não podem sair da empresa ou entrar sem sofrer as consequências.

O tarifário de referência para 10 m³, estava previsto ser de 22,97€, mas para aquilo que era praticado em dezembro de 2019 implica um aumento de 39%, porque para 10 m³ nas mesmas condições o tarifário era 16,60€. Este foi o aumento decidido na altura do estudo de viabilidade, diversas vezes discutido e praticado nestes 8 Concelhos. O valor de 22,97€ é o preço da tarifa que nos permite financiar a médio e a longo prazo um conjunto de investimentos, comparticipados com fundos comunitários, embora não a 100%, equilibra a operação, esclarecendo ainda que o tratamento da água tem um preço muito superior ao seu fornecimento. Esta é uma decisão que a todos compromete e que este tarifário de 22,97€ que está a ser praticado desde janeiro de 2020 foi decidido antes. Reconhece que existem situações de faturação que precisam de ser esclarecidas e corrigidas e que também foram cometidos alguns erros no início do ano com a entrada da empresa, mas tanto o executivo, como os colaboradores da AdIN estão disponíveis para ajudar a esclarecer todas estas questões.

Sobre o sistema de Sobreira, disse que é um sistema utilizado pela AdIN, mas que pertence ao Município e o que está previsto é que, toda a água fornecida por este sistema na Freguesia de Candedo, o Município seja compensado por essa mesma quantidade, mas os investimentos que sejam precisos fazer no sistema de Sobreira sejam feitos pela AdIN. O Município permite à AdIN utilizar aquela captação e utilizar aquele sistema, e os metros³ de água que forem fornecidos por aquele sistema, são creditados ao Município.

Quanto à possibilidade de este formato poder ser entregue a privados, defende que isso não possa acontecer, referindo que a AdIN assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Foi criada no âmbito da Lei 50/2012, que é uma Lei própria para empresas Municipais.

Sobre a questão do Município de Murça continuar ou não na empresa, disse que ou voltam a ter um prejuízo de 600 mil euros – ano, ou se mantêm na AdIN através de uma proposta que minimize os impactos da tarifa. Disse ainda que aquilo que foi votado na última reunião de Câmara e que hoje está em apreciação é que a partir de 1 de setembro de 2020 o preço para 10 m³ da tarifa fixa passe a ser de 16,60€ em vez dos 22,97€.

Lembra que é importante que as pessoas tirem mensalmente a contagem dos contadores e a transmitam à AdIN, até porque muitas situações que vão sendo reportadas pelos munícipes são estimativas feitas pela empresa muito para além daquilo que seria o consumo real, daí a emissão das notas de crédito.

Concluiu, referindo que compreende a insatisfação das pessoas e que ele próprio está disponível para esclarecer aquilo que lhes é faturado e aquilo que está em causa, corrigindo aquilo que houver para corrigir.

Referiu que na sequência das obras a decorrer na Barragem na aldeia de Sobreira, a água que chegou a casa dos Munícipes da Freguesia de Candedo, estava imprópria e impossível de ser consumida. Aquilo que ele fez foi dizer à empresa que aquela água não podia ser faturada, porque ela não estava em condições de ser distribuída à população e por isso ela não poderia ser cobrada.

Quanto ao esclarecimento solicitado pelo deputado João Carlos relativamente a este apoio, disse que relativamente aquilo que está previsto o valor dos 279 mil euros, é o custo que se aponta para 2021, quanto ao que vai acontecer em 2022 esclareceu que aquilo que está neste regulamento é precisamente deixar em aberto o que iremos fazer, avaliando o que está em curso. Mais disse que não se comprometeu na proposta que fez, porque em 2022 terão de avaliar se a redução na tarifa será a mesma ou não.

Quanto à transferência de dados, esclareceu que o que se pretendeu foi ter um sentido prático, porque sendo os mesmos Municípios a gerir este processo a credibilidade de quem detém estes dados, não deve ser posta em causa, porque quando cada um de nós atribuiu ao Município de Murça a possibilidade de cobrar e gerir os dados que lhe pertencem tinha um fim, que era o serviço de abastecimento de água e de resíduos sólidos e urbanos. Esse fim mantém-se, mas, sobre este assunto entendeu chamar o Dr. Tiago Fernandes, colaborador da AdIN para que ele enquanto jurista pudesse esclarecer melhor este assunto.

- O deputado do PS, Manuel Ramos, cumprimentou todos os presentes e disse ter ficado agradado com todas as intervenções, contudo houve uma delas que o chamou à atenção que foi a do deputado Carlos Silva, porque o ajudou a avivar a memória. Lembrou que durante anos foi Presidente da Junta de Freguesia de Palheiros, agora União de Freguesia de Noura e Palheiros e essa freguesia era abastecida por furos que lá existiam, lembrando ao Sr. Presidente de Câmara que aquela conduta, há vários anos, foi aberta pelo povo, desde a Serra da Garraia até à aldeia de Palheiros e que se lembre não há mais nenhuma água a ser fornecida na freguesia. Questionou o que é que está previsto de investimento para aquela zona, porque há determinados sítios em que a água tem dificuldade em chegar, em determinadas alturas do ano. Reitera que muitas vezes lhe foi dito que estas situações seriam resolvidas quando fosse criada a empresa, aguardando agora que isso seja uma realidade. Lembrou ainda que todos os anos, no Verão, a aldeia de Vargès fica sem água e é importante resolver de vez, aquela situação.

Disse ainda que o Sr. Presidente referiu que durante anos, vários munícipes não pagavam a água que gastavam e que culpa têm aqueles que sempre a pagaram? Nenhuma!

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e referiu que ao ver este ponto pensou que a proposta que fez na última assembleia, para que o Município revisse a forma como é cobrado o lixo, ou seja passasse a ser cobrada uma taxa fixa em vez de uma Taxa variável, conforme o consumo, fosse revista, dado que esta é uma receita do Município, conforme a fatura da água indica. Mas, pelos visto ainda não foi desta que se reviu esta situação. Contudo, congratula-se que alguma coisa esteja a ser feita, se é suficiente ou não, a ver vamos.

Quanto aos 65% de perdas de água que era consumida e não era faturada, será só por causa daqueles que não tinham contador? Ou será que isto também não tinha a ver com as avarias que muitas vezes estavam dias e semanas, à espera que os responsáveis técnicos fossem lá repará-las?

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Luís Miranda, cumprimentou todos os presentes e disse que no dia de hoje esteve no Balcão da AdIN, em Murça a resolver uma situação e uma vez que estão presentes representantes da empresa, aproveita para referir outro caso. No dia anterior foi confrontado pela EDP com um corte de luz na captação da Serra da Garraia, dado existir uma dívida de luz de mais de 2.100,00€. Perguntou quem é que vai pagar esta fatura, porque pelo que sabe a captação da água está a ser feita de lá pela AdIN. Quem é que se vai responsabilizar em resolver esta questão? A população não pode ficar sem água. Disse que não tinha intenção de referir aqui este assunto, mas como o Sr. Presidente referiu a captação de Sobreira e o Sr. Ramos também referiu esta captação, pretende saber o que é que está pensado fazer ali.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe, cumprimentou todos os presentes e deixou um abraço especial pelo regresso do colega deputado, César Lourenço.

Disse que a sua intervenção vem no seguimento da intervenção do deputado João Carlos e depois posteriormente a explicação dada pelo Sr. Presidente. Disse que gostaria de saber se o processo da Freguesia de Candedo, desde a captação da água de Sobreira ou os depósitos, não teriam entrado no negócio, que apenas tinham sido cedidos à AdIN e não vendidos. A AdIN faz a cobrança às pessoas da Freguesia de Candedo e posteriormente faz um crédito à Câmara. Questionou se é verdade que esse valor creditado na Câmara e que é pago pelos contribuintes da Freguesia de Candedo é para pagar a água que o Município gasta nos jardins, no Estádio, na Biblioteca, assim como em todos os outros edifícios da Câmara.

Deixou ainda uma nota para lembrar que o Sr. Presidente da Câmara não pode interromper o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo quem vai falar a seguir, pois essa é uma competência dele e ficou-lhe muito mal essa atitude.

Disse que gostava de ter visto, quer o Dr. Tiago Fernandes, quer o Eng.º João Martins que é do nosso Concelho, ou outro representante da AdIN, na Freguesia de Candedo, na semana anterior a explicar porque é que a água estava naquele estado. Disse ainda, que é muito mau ver afixado um Aviso/Edital, que nem sequer estava assinado e nem sequer deram conhecimento à Junta de Freguesia e só depois de solicitarem informação à AdIN a que essa informação foi prestada.

Disse estranhar que o Sr. Presidente da Câmara dissesse que ficou surpreendido por haver tantas situações de falta de contadores e de tantas outras situações de água gasta e não faturada, no Concelho. O Sr. Presidente quando teve conhecimento dessas situações, certamente que o restante executivo também teve esse conhecimento. O que é que o Sr. Presidente esteve a fazer na Câmara quando era Vice-Presidente? Nunca teve conhecimento dessas situações? Esses contadores já existiam e essas situações eram reais.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, referiu que afinal o Sr. Presidente da Junta de Candedo também sabia e nada disse e se tinha conhecimento dessas situações deveria tê-las reportado. Reitera que ficou a saber depois, daí ter ficado surpreendido com a informação que vai recebendo e é impossível haver leituras a zero, em tantos sítios.

Esclareceu o Sr. Presidente da Junta de Candedo que o seu preciosismo não faz qualquer sentido. Reitera que nunca interrompe o Sr. Presidente da Assembleia, apenas porque lhe apetece e que conforme refere o Regimento, na Assembleia Municipal quem tem a palavra a representar a Câmara é o Presidente e qualquer um dos elementos do executivo fala com a sua responsabilidade, assim como um técnico da autarquia.

Quanto à questão da água do sistema de Sobreira, obviamente que a água que é faturada na Freguesia de Candedo lhes permite ter um crédito para financiar espaços públicos, seja em Murça, seja em qualquer outra freguesia e não pretende estar numa empresa com outros Municípios e que não seja positivo para todos, mas também quer continuar num Concelho onde todos os seus habitantes saibam ser solidários entre si, que haja coesão social e que Murça seja um Concelho onde cada um tenha orgulho em cá pertencer. Disse ainda que se mantivesse o estudo de viabilidade inicial, com certeza hoje não teríamos essa prerrogativa.

Sobre a questão do Presidente da União de Freguesias, Luís Miranda disse que esse assunto com certeza tem de ser esclarecido e ultrapassado.

Quanto às receitas do Município relativamente à recolha de resíduos sólidos e urbanos, esclareceu que não é o Município que encaixa essa verba, porque é com essa verba que o Município paga a quem presta o serviço.

Reitera aquilo que disse o Sr. Ramos, quando diz que não é justo que haja quem gaste água e não a pague e porventura, é por isso que esta discussão existe.

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, disse que as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara foram bastante úteis e que certamente, ajudaram a perceber melhor esta envolvência.

Reitera que a Câmara de Murça tem todo o direito em decidir continuar na empresa ou não, contudo defende que a permanência na empresa trará mais vantagens, daí achar que a Câmara deve continuar neste processo, e que a possibilidade de se unirem os 8 municípios é vantajosa e possível.

Acredita que as perdas se devam a avarias nas condutas e não tanto na falta de contadores, embora todas contem, mas que é importante procurar corrigir o melhor e mais breve possível, estas situações. Questionou qual o valor que a AdIN tem projetado para investir em Murça e ainda se os edifícios da Câmara têm contadores ou se efetivamente é uma das causas das perdas.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado João Carlos Gomes que todos os equipamentos propriedade do Município (estádio, Escolas, Piscinas, etc...) ainda não têm contador e que só serão colocados quando problemas que há para resolver estejam resolvidos. Este é um processo que se está a desenvolver, que este é o ano de transição, mas os contadores têm de ser colocados, até porque mesmo que a água gasta seja suportada pela compensação, defende que deve ser contada e nenhum metro de água deve sair do Sistema em Alta e que não tenha uma explicação como foi distribuída em Baixa, porque só assim é possível perceber onde há perdas.

Aproveitou para solicitar ao Dr. Tiago, colaborador da AdIN, para que deixasse umas breves notas sobre estas questões.

- O Colaborador da AdIN, Dr. Tiago Fernandes, cumprimentou todos os presentes e esclareceu que a AdIN é uma empresa com capitais 100% públicos, pese embora a designação seja uma sociedade anónima, o acordo parassocial diz que se algum município decidir sair da empresa não pode ceder a sua cota de participação a outro município ou a um privado e essa cota é partilhada proporcionalmente pelos municípios que lá ficarem. Assim como os lucros que a empresa venha a ter, terão de ser para redução da tarifa, mais cedo que o previsto ou para outros investimentos.

Quanto aos investimentos, disse que são 3,5 milhões em saneamento e 1,4 milhões de euros em eficiência, isto é, correção dos sítios onde há mais ruturas e mais problemas no abastecimento de água.

Referiu que este processo teve três momentos que importam mencionar, nomeadamente em 2016 onde foi dado o primeiro passo, depois com a saída de Alijó e a manutenção de todos os demais e o terceiro momento quando foram à ERSAR apresentar todo o processo de adesão. Mais referiu que nem o parassocial, os estatutos, ou o contrato sofreram qualquer alteração, assim como o EVF – Estudo de Viabilidade Financeira, ou seja, a Tarifa desde o início e em todos estes passos, nunca foi mexida.

Esclareceu que Murça tem 4122 clientes e neste momento já encontraram problemas em mais de 1000 contadores.

Quanto aos dados pessoais, esclareceu que ao fazerem o contrato com a Câmara, davam os seus dados pessoais para faturação de água. Quando em 1 de janeiro de 2020, através do contrato de gestão delegado, essa competência deixou de ser uma prática das Câmaras Municipais, passando essa competência para a empresa, aconteceu que todos os dados referentes ao contrato passaram para a empresa, incluindo os dados bancários, que por uma questão de comodidade e de praticabilidade e acima de tudo, respeitando o fim e sem chocar ninguém mantiveram-se os débitos diretos. Contudo, se alguém não se sentir confortável, com esta situação e se entender anular o débito direto é só enviar um E-mail ou dirigir-se à loja da AdIN, solicitando essa alteração.

Mais esclareceu, que os 6 m³ é o consumo médio de um contador doméstico com duas pessoas e que este consumo é aplicado indistintamente, beneficiando mais de 80% dos consumidores, sendo que os pequenos escritórios e as pessoas que vivem sozinhas são porventura quem fica prejudicado. Mas, nessas situações como estamos a falar de estimativas, à primeira leitura real, o sistema faz automaticamente a devolução dos m³ faturados por estimativa e fatura os valores reais.

- A Vereadora da Câmara Municipal, Ana Paula Cruz, com a autorização de tomada da palavra pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, cumprimentou todos os presentes e deixou uma saudação especial ao deputado César Lourenço pelo seu regresso, depois do grave acidente que sofreu. Por fim felicitou todo o público presente.

Disse que na qualidade de Vereadora em Exercício no período de 2013/2017 e depois como Vereadora da oposição, não ficaria bem com a sua consciência se não deixasse aqui duas notas.

Entristeceu-a ouvir o Sr. deputado Daniel Faceira, dizer que o assunto das águas tinha sido levado em 2016 à Assembleia Municipal, extra-agenda. Lamenta que o Sr. deputado Daniel Faceira não tivesse tido conhecimento ou não se apercebesse que também este assunto foi levado à Câmara, na

3ª-feira passada, extra-agenda e que só no início da reunião é que o documento foi apresentado. Disse ainda que em 19 de julho foi afixado em local público um Edital com a Ordem de Trabalhos para esta sessão com 3 pontos e dois dias depois foi retirado e substituído por outro com 5 pontos.

Reitera que o anterior executivo em novembro de 2016 votou favoravelmente este assunto. Se existem culpas estão aqui para as assumir, contudo três anos depois, este executivo da mesma forma que não viabilizou os projetos que o anterior executivo deixou em cima da mesa, também o poderiam ter feito com este processo e se não o fizeram foi porque não quiseram.

O deputado Carlos Silva referiu na sua intervenção que votou “às cegas”, em 2016. Lembrou que o Sr. Carlos era na altura Presidente de Junta e se não teve oportunidade de esclarecer o que pretendia ver esclarecido, em 2016, tem agora a oportunidade de o fazer, esclarecendo tudo que tiver para esclarecer e votar em consciência. Foi em 2016 que este processo teve início, mas todas as decisões tomadas até hoje, são da responsabilidade do atual executivo, todos os contratos assinados, preços, tarifas, etc.

O Dr. Tiago referiu que a empresa, nestes seis meses, já mudou 1000 contadores no Concelho de Murça, acontece que também foi mudado o contador do seu escritório, sem que existissem quaisquer avarias ou que tenha sido solicitada a sua substituição, será que haveria necessidade de substituírem todos os que foram substituídos?

- O deputado do PSD, Daniel Faceira, esclareceu que as suas declarações não são levianas, muito pelo contrário são fundamentadas em Atas, tanto da Câmara como das Assembleias Municipais, lembrando que se estão a comparar coisas totalmente diferentes, porque em 2016 o documento tinha mais de 500 páginas, que previam a adesão a uma empresa, enquanto que hoje, o que está em causa é a mudança de tarifas, algo que é vantajoso e benéfico para os Municípios.

Relativamente à questão referida pelo deputado Arménio, disse que em momento algum pretendeu imputar culpas, até porque ao nível de decisões políticas não se fala em culpa, fala-se de responsabilidade. Ainda que em 2016 tenha sido criada a adesão, houve uma evolução e obviamente este executivo tem a sua dose de responsabilidade, não de culpa.

- A deputada do PSD, Catarina Gouveia, cumprimentou todos os presentes e face ao que foi dito pela Vereadora Paula Cruz, decidiu expor uma situação que aconteceu consigo. Referiu que em 2014 decidiu instalar em Murça o seu escritório e na altura dirigiu-se aos serviços da Câmara Municipal munida do contrato de arrendamento, para solicitar a instalação de contador e contratar o serviço de fornecimento de água. Desde essa data, sempre pagou as suas faturas de água e qual não foi o seu espanto quando em 2020 o funcionário da AdIN se deslocou ao seu escritório, para fazer a leitura, lhe

perguntou onde estava o contador, dado que não havia contador e que apenas existia uma ligação direta. Reitera que não está aqui a por em causa, se os dados que o Dr. Tiago, colaborador AdIN aqui apresentou relativamente à substituição de contadores são ou não corretos, mas conforme aconteceu com ela esta lamentável situação, acredita que muitas situações de falta de contador e de leituras por conferir existissem no nosso Concelho.

- O deputado do PS, João Carlos Gomes, disse ter ficado preocupado com o que ouviu da deputada Catarina Gouveia, porque como é que é possível alguém não ter um contador e estar a pagar água que não é avaliada na Câmara. É inadmissível a forma como os serviços funcionavam e a forma como as contagens eram feitas. Acredita que haja boa-fé de toda a gente, mas então não há responsabilidades? Foi feito algum inquérito na Câmara acerca deste tipo de situações? Disse ter ficado estupefacto com esta situação, que é grave e que espera tenha sido caso único.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, disse comungar exatamente das palavras do deputado, João Carlos Gomes, referindo que nunca é tempo demais para se abrir um esclarecimento total sobre esta situação e que sejam imputadas responsabilidades a todos aqueles que tinham conhecimento destas situações e nunca atuaram para que isso fosse eliminado.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

Ausentaram-se da sessão os deputados: do PSD, Carlos Ramos da Silva e do PS, Paula Catarino

Período de Intervenção do Público

- A cidadã, Judite Margarida Miranda Ribeiro, residente em Martim, saudou todos os presentes e disse que em Martim há uma água que vem da serra que está cortada, assim como um fontanário que nem chave tem. Questionou porque é que aquela água não fica disponível para ajudar a colmatar a falta de água, quando acontecerem situações como aquela que ocorreu recentemente. Aquela água é pública, é do povo e podia ser usada pela população para encherem os depósitos dos tratores quando precisam sulfatar as vinhas. Disse ainda que quando os depósitos foram lavados, despejaram toda aquela água pela rua abaixo e nem sequer tiveram o cuidado de avisar a população e dar oportunidade a quem o desejasse de aproveitar essa água para regar os campos. Disse que vive junto aos depósitos e como a sua casa fica no ponto mais alto da aldeia, é a pessoa mais prejudicada em Martim, porque sempre que há avarias é a primeira a ficar sem água e ainda paga o ar das torneiras das casas que estão ao descer da rua.

- O cidadão, Emanuel Avelino Teixeira, residente em Murça, deu as boas tardes a todos os presentes e disse que porventura hoje nesta assembleia tem mais público presente porque estão preocupados com o que está a acontecer, dado que se está a abrir caminho à privatização da água. Dizer-se que está tudo protegido por regulamentação ou com o pacto social, é um engano porque todos sabem que os pactos sociais mudam, lembrando que no Algarve há hoje empresas que são dos franceses e dos chineses e a água não pode nunca ser um bem privado, a água tem de ser um bem público, um bem de todos.

Reitera que é importante que todos percebam, particularmente o executivo, que, se não sair da AdIN daqui a alguns anos, certamente vai ficar responsável como o executivo que vendeu a água a privados, defendendo que a água deveria pertencer sempre ao Município e ao Povo de Murça.

Recordou que a EDP, hoje, é dona e senhora da Rede Elétrica, mas há 50 anos não era assim e naquela altura também havia quem dissesse que não e hoje temos a energia mais cara da Europa. Acontece que a AdIN mostrou as garras muito depressa e provavelmente passamos a ter a água mais cara da Europa e o que foi discutido hoje nesta assembleia, é basicamente um paliativo, porque o preço da água não baixou, vai ser subsidiado com os nossos impostos.

Dado o Sr. Presidente da Câmara se ter ausentado da sala durante a sua intervenção, ao Presidente da Assembleia Municipal questionou se, se deveria parar de falar e aguardar a chegada do Sr. Presidente ou se continuaria com a sua intervenção. Disse ainda que esta atitude é uma falta de respeito, que ele próprio se sentiu desrespeitado, mas que iria continuar com a sua intervenção, para não desrespeitar todos os presentes.

Em relação à transferência de dados, esclareceu que facilmente qualquer pessoa pode aceder à página da Comissão Nacional de Proteção de Dados onde diz especificamente, que os dados pessoais só podem ser dados a alguém com expressa autorização da pessoa. Será que a AdIN ou o Município questionou a Comissão Nacional de Proteção de Dados se aquilo que estavam a fazer estava correto? Referiu que mudaram a forma como contratualizam a água, contrariamente aquilo que lhe responderam quando questionou sobre este aumento foi-lhe dito que não havia qualquer aumento no preço da água e hoje foi votada nesta assembleia uma proposta para por a água ao preço que estava antes...

Não podem tratar os munícipes desta forma!

Não podem mentir-lhes!

Não podem dizer que com a entrada da AdIN ficou tudo igual, porque não é verdade e o subsídio que agora foi aprovado não é de todo uma solução, antes um paliativo!

É inaceitável que se fale dos 65% de perdas de ânimo leve. Levantando suspeitas sobre nós, enquanto consumidores e munícipes e levantando suspeitas na competência que os trabalhadores afetos ao serviço de águas tinham.

Disse que, em sua opinião, aquilo que foi dito pelos Srs. Deputados é de uma gravidade enorme, porque estar-se a pagar água sem ter contador confiando que está tudo bem, é mau e já deveria ter sido averiguado e se ainda não foi averiguado dever-se-á averiguar e o responsável ou responsáveis sofrerem as consequências.

Quanto a candidaturas para melhoramentos, lembra que a escola irá receber obras dentro de dias, no valor de cerca de 3 milhões de euros e não foi, necessário uma empresa privada, para o fazer e que a CIMDOURO pode fazer as candidaturas dos Municípios.

Reitera que nos últimos 6 meses a qualidade do serviço de águas, não é nenhuma e a única melhoria que tiveram foi o aumento do valor da fatura, que dúvida que alguém queira.

Questionou até quando este subsídio, ou será que é até às próximas eleições? Defende que o que é importante é defender os interesses do Município e não os interesses de outros.

A AdIN recebeu uma dívida superior a 13 milhões de euros e vamos para uma empresa em que logo de início já está cheia de dívidas?

Terminou, referindo que muito mais tinha para dizer, mas as pessoas já estão cansadas de aqui estar.

Mas, se os políticos fizerem o seu trabalho, eles estão-nos a representar e se calhar não precisávamos de estar aqui! Porque todo o público presente está a perder dinheiro, porque ele próprio para estar aqui deixou a sua loja fechada e outros haverá que perderam porventura o dinheiro de uma tarde de trabalho, mas isso seria escusado se os políticos fizessem o seu trabalho, pois foi para isso que foram eleitos e são pagos por todos nós, para os representar e para defender os interesses de todos e não para defender os interesses de outrem ou os seus próprios interesses!

- A cidadã, Maria Luísa Coelho Garcia, residente em Murça, questionou como é que de 22,00€ que pagava de água por mês passou a pagar mais de 60,00€, depois da entrada da AdIN. Disse que tem um filho de 12 anos que já toma banho sozinho, e que agora se vê obrigada a ver o tempo que ele demora, para não gastar muita água. Uma vergonha! Disse ainda, que é uma pessoa pobre, reformada e que o seu marido está desempregado e que não é justo pagar tanto dinheiro de água. Manifestou que não querem esta empresa, porque esta empresa não presta! Que os está a roubar e que a querem fora da vila de Murça, porque a vila é dos Murcenses.

Referiu, que a Câmara não devia tomar este tipo de decisões, sem primeiro saber a opinião do povo e este decidia se queriam esta mudança ou não. Ninguém lhes perguntou nada, isto foi-lhes imposto e se até aqui chegavam ao fim do mês, com pouco dinheiro agora chegam sem nada.

Manifestou, fervorosamente, que não querem a empresa em Murça e que deve ser a Câmara a continuar a prestar este serviço aos seus munícipes. Pediu que o Sr. Presidente da Câmara zelasse por eles, tanto por quem votou nele como por quem não votou. Que os defenda, pois foi para isso que votaram nele.

Disse que sempre honrou com os seus compromissos, pagando atempadamente à Câmara a água e a renda.

Se o Sr. Presidente diz que não tem dinheiro para compor o que está avariado, no que diz respeito às águas, então para que gastar tanto dinheiro numa rua que já está pronta. Não precisava de arranjos, nem buracos tinha, gastasse-o com as águas ou então usasse-o para fazer as obras que são mesmos precisas e não apenas fazer por fazer.

- A cidadã, Vanessa Santos, residente em Murça, deu as boas tardes a todos os presentes. Disse, que não compra água engarrafada para beber porque infelizmente não tem dinheiro para a comprar, mas que tem três filhos que precisam de beber água, assim como o seu marido. Frisou que ainda ontem a água da torneira saía preta e que nem para dar banho servia, quanto mais para beber. Questionou para quê pagar 70 euros de água, se ela nem sequer está em condições de ser consumida. Disse que foi à Câmara falar com o Sr. Vice-Presidente para tentar esclarecer o porquê de pagar tanto dinheiro

de água, ao que ele lhe respondeu que alguma coisa está mal, mas para tentar lá ver o que é. De seguida foi à loja da AdIN e a pessoa que a recebeu disse-lhe que a fatura estava correta. Quanto às taxas dos resíduos, se os caixotes continuam cheiros de lixo, para que é que queremos a empresa.

Disse que, para mandar a contagem tem de pagar ou então fazê-lo pela internet, porque caso contrário eles não o fazem mensalmente e o consumo é faturado por estimativa, lembrando que há no Concelho muitos idosos que não têm E-mail, nem internet, como é que fazem, aguardam pela fatura com a estimativa feita pela empresa? É que estão sujeitos a receber uma surpresa desagradável, como aconteceu a um senhor que encontrou na loja da AdIN, em Murça a reclamar porque tinha recebido uma fatura de mais de 200 euros.

Perguntou se em 2016 não continuaram com alguns dos projetos deixados pelo anterior executivo, por que motivo continuaram com este?

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que a sugestão colocada pela D. Judite fica registada e que procurará perceber como poderá ser tratado, referindo que também não compreende como é que uma situação destas existe.

Quanto à intervenção do Prof. Emanuel, referiu que ele colocou aqui a sua visão da questão da AdIN, da água e que até de energia falou. Compreende a sua visão, porque também ele gostaria que muita coisa fosse diferente, mas há um conjunto de decisões que são tomadas muitas vezes por unanimidade, com responsabilidades de todos. Disse que fica registada a sua proposta e que os políticos em exercício que a ponderem, relativamente às diversas questões referidas.

Disse que a D. Luísa manifestou o desagrado que manifestou. Realmente pode ser uma fatura elevada e ela ter explicação ou até poderá haver um engano, mas se existe há que o corrigir.

Sobre a questão das ruas, esclareceu que os apoios que existem do Programa PARU é um apoio específico para uma determinada área do Concelho e não está vocacionado para a água, pelo que não o poderiam utilizar por essa via. É uma opção, obviamente discutível e nos momentos próprios será avaliada. Enquanto executivo em funções estão a desenvolver o seu trabalho com as melhores das intenções e que se forem novamente candidatos serão novamente avaliados pelo povo. O povo ainda tem essa prerrogativa e é nisso que acredita. Que as pessoas no momento próprio assumam a sua responsabilidade de fazer opções.

Referiu que quem tem dificuldades e que não estão identificadas pelo departamento da Ação Social como deve ser, devem procurar forma de poderem ser ultrapassados ou minimizados.

- O cidadão, Paulo Santos, residente em Murça, deu as boas tardes a todos e disse que gostaria de ser esclarecido como é que 10 m³ de água são 22 euros e ele por 270 litros paga 23 euros de água.

Esclareceu que depois de reclamar esta situação, reduziram na fatura do mês seguinte o valor 1,5 euros, mas porque é que o saneamento não é descontado, nem a taxa de lixo se a casa está fechada? E, se o lixo é pago consoante a água que se gasta, porque não é recolhido todos os dias?

- O cidadão, Carlos Morais, residente em Murça, sabe que não irá alterar nada daquilo que está feito, até porque o que está votado está votado, mas que é importante referir que um empreiteiro andou no Concelho cerca de 15 anos, sozinho a trabalhar no saneamento pelas diversas localidades, andaram máquinas a fazer furos em todos os lados, temos o fontanário dos Palheiros e tínhamos uma equipa organizada, só não havia administração, nem vontade dos funcionários para trabalhar. Mais disse que havia um cobrador da água que não se dava ao trabalho de se levantar do carro para fechar os contadores, referindo que ele mesmo o ameaçou várias vezes que iria fazer queixa dele ao Sr. Presidente da Câmara e nada. Uma vergonha! Não tínhamos engenheiro competente para resolver os problemas das águas. Havia avarias que duravam vários dias, com a água a correr e ninguém se importava, dando-se ao desprazer de dizerem que não tinham chave, para fechar a torneira que estava a verter. E agora, debitam a água ao dobro daquilo que custava.

Referiu que ele próprio no início de janeiro foi à Loja do Cidadão pedir ao funcionário Sr. Alfredo para que visse o seu problema e ele respondeu-lhe que estava tudo resolvido, que não havia qualquer problema e que não devia nada. Estranhamente, quando recebeu a primeira fatura o valor era de aproximadamente de 100€. Isto é uma vergarice, uma vergonha!

Defende que a Câmara é dos Municípios e que deve ser bem administrada, para bem de todos. Contudo, foram gastos milhares de euros no saneamento, tinham pessoal especializado para reparar as avarias que fossem surgindo, mas não tinham quem os orientasse.

- O cidadão, Pedro Carvalho, residente em Murça, cumprimentou todos os presentes e esclareceu que não usar máscara, quando se toma a palavra, mas depois o microfone não ser desinfetado, não adianta de nada.

Reitera aquilo que o Prof. Emanuel disse, porque tal como ele defende que isto mais parece um paliativo, contudo, esclareceu que todo o paliativo tem efeitos secundários e é exatamente isso que aqui está a acontecer, pois estamos a enxotar o problema com a barriga. É realmente um benefício a curto prazo, mas a longo prazo não há qualquer estudo e ninguém sabe o que irá acontecer. Provavelmente iremos voltar a discutir este assunto daqui a mais 3 ou 4 anos e porventura a lamentar a decisão tomada hoje.

Disse que dividindo os 13,5 milhões de dívidas pelos 8 Municípios daria cerca 1,5 milhões para cada um. Então, qual o benefício disto! Pelo que sabe, a Câmara tinha aproximadamente 600 mil euros de

prejuízo/ano com o serviço de águas, precisando apenas de dois anos e uns meses para atingir este valor, porquê esta adesão?

Quanto aos 65% de perdas, questionou qual é verdadeiramente a percentagem que não foi paga pelos contribuintes. Sabemos que há ruturas, que não há contadores, mas não sabemos qual é a percentagem. Desconhece se algum dia é possível saber-se, mas era importante poder ser discutido aqui esse valor. Será que 25% dessa percentagem diz respeito aos 1000 contadores já substituídos?

Disse que não iria falar no seu caso concreto, até porque ele já foi apresentado à empresa e está a ser avaliado, contudo referiu que a sua empresa recebeu uma fatura de cerca de 300 euros, adicionados 50€ de água gasta em março e 50€ em abril, precisamente quando a empresa estava fechada. Questionou se os valores iniciais não estavam certos, porque é que este pagamento é para a AdIN e não para a Câmara e ainda o que é que está a ser feito além da mudança dos contadores, para que as pessoas paguem efetivamente, a água que gastam.

Por último, disse que Murça deve começar a pensar colocar pessoas responsáveis e com competência em lugares certos, para que situações como estas de falta de contadores e ligações diretas não aconteçam.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, conforme o Sr. Carlos Morais referiu, este problema é algo que já vem de há bastante tempo e que com certeza o incomoda profundamente. Assume que esta é uma luta diária, que este executivo nos dias em que se realizam as Reuniões de Câmara, procura reunir também com todos os Chefes de Divisão e que de entre outras coisas que são discutidas e apreciadas, é exigido que se cumpram horários, que se desenvolva trabalho com eficiência e profissionalismo e acima de tudo com simpatia e é preciso respeitar aqueles que pagam os salários a quem trabalha no Município. Falhas estruturais, situações que não deviam existir e que são de extrema responsabilidade, mas por muito que se faça não se consegue fazer tudo. Reitera que o problema do funcionalismo público é um problema de países como o nosso, agora é preciso acreditar que é possível fazer melhor e colocar pessoas nos sítios certos.

Sobre a questão colocada pelo cidadão Pedro Carvalho, esclareceu que os acertos que são precisos fazer em relação ao passado, são de várias ordens, que havia contagens que estavam abaixo da contagem real e que essa diferença, em princípio, deveria ser para o Município, percebe isso, mas no meio de todos estes desacertos, aquilo que devemos fazer de uma vez por todas, é evitar os erros do passado.

Quanto ao serviço da recolha de lixo, referido pelo Paulo Santos, disse que espera que aquilo que está contratado com a empresa que faz a recolha dos resíduos urbanos esteja a ser cumprido.

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

1 – Proposta de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Murça – Proposta Final;

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

2 – Proposta de Regulamento de Agropecuária do Concelho de Murça – Proposta Final;

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

3 – Proposta GAP37/2020 – Alteração das condições de adjudicação dos lotes da Zona Industrial / Oficial de Murça.

(ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k) e 25º, nº 1, alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

4 – Relatório e Contas Consolidadas do ano 2019;

5 - PROPOSTA GAP38/2020 – Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais. Tarifário de Ajustamento aplicável ao Município de Murça.

(nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	20
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	20

Deliberação: Aprovada por unanimidade

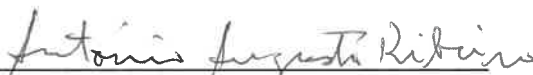
ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos. Por último, deixou uma palavra de apreço pelo regresso do deputado César Lourenço que depois daquele fatídico dia 8 de março, volta a estar entre nós. Seja bem-vindo e continuação de rápida recuperação.

Os trabalhos encerraram às 19:30 horas, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal


(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal


(Cláudia Alexandra da Cruz O.G. e Vilaverde)

[illegible]

(a) — Ordinária ou extraordinária. (b) — Presidente, Secretários e Vogais, mencionando-se por esta ordem, devendo mencionar-se, em data legível, antes de cada sessão ou reunião, cabendo aos próprios apenas a assinatura. (c) — Ou nota de falta. (d) — Anotar a justificação das faltas e da sessão que a considerou.

Assinaturas dos que compareceram (c)	Horas de serviços de cura	Justificação da falta de comparência (d)
Fátima Cláudio Almeida Gonçalves Luis P. Silva Marta Edite Costa Fernandes de Sousa Ana Catarina Mendes de Lima Gomes Daniel Jacina Paulo Catarino		justificados justificados
Ana Paula B.L. Cubungara Wagner Helen Cristina Alves Teixeira Arlindo Pereira e Souza da Costa João Paulo Gomes Pinheiro Gaulino Daniel Albuquerque Leal Júlia de Vasconcelos Infante Rafael de Jesus Lucas Santos		justificado
Alexandre Rodrigues Cruz		